

Daniel Castro Gomes da Costa

Prefácio

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

Apresentação

Reynaldo Soares da Fonseca

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

2ª Edição revista, ampliada e atualizada

CONFORME:

- Emenda Constitucional nº 97 de 2017
- Emenda Constitucional nº 107 de 2020
- Resoluções TSE – Eleições 2020

Belo Horizonte

FÒRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	19
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Reynaldo Soares da Fonseca	23
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL.....	27
1.1 Direitos Políticos	27
1.2 Direito Eleitoral.....	29
1.2.1 Conceitos, Fundamentos e Importância.....	29
1.2.2 Fontes do Direito Eleitoral.....	31
1.2.2.1 Fontes Materiais.....	32
1.2.2.2 Fontes Formais	33
1.3 Modelos de Organização Eleitoral	35
1.4 Direito Processual Eleitoral	40
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO ELEITORAL.....	43
2.1 Conceito	43
2.2 Princípio Democrático	46
2.3 Princípio da Representatividade	51
2.4 Estado Democrático de Direito.....	56
2.5 Princípio da Soberania Popular.....	63
2.6 Princípio Republicano.....	67
2.7 Princípio Federativo.....	71
2.8 Sufrágio Universal.....	73
2.9 Princípio da Legitimidade.....	84
2.10 Princípio da Moralidade.....	87
2.11 Princípio da Probidade	93
2.12 Princípios Processuais aplicáveis ao Direito Eleitoral.....	97
2.12.1 Princípio do Devido Processo Legal.....	97
2.12.2 Princípio do Contraditório	102
2.12.3 Princípio da Ampla Defesa.....	104
2.12.4 Princípio da Igualdade.....	107
2.12.5 Princípio do Juiz Natural.....	116
2.12.6 Princípio da Vedação à Prova Ilícita	120
2.12.7 Princípio da Duração Razoável do Processo	129
2.12.8 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	135
2.12.9 Preclusão Instantânea	139
2.12.10 Irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	145
CAPÍTULO 3	
SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO.....	149
3.1 Sistema Eleitoral Majoritário.....	150
3.2 Sistema Eleitoral Proporcional.....	150

3.3	Sistema Eleitoral - Eleições 2020	153
-----	---	-----

CAPÍTULO 4

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	157
4.1 Competência Legislativa.....	157
4.2 Constituição Federal.....	157
4.3 Código Eleitoral	160
4.4 Lei das Eleições - Lei n. 9.504, de 1997.....	162
4.5 Lei dos Partidos Políticos - Lei n. 9.096, de 1995	163
4.6 Lei das Inelegibilidades - Lei Complementar n. 64, de 1990	165

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	167
5.1 Juntas Eleitorais	167
5.2 Juízes Eleitorais.....	169
5.3 Tribunais Regionais Eleitorais	170
5.3.1 Composição	170
5.3.2 Competência.....	172
5.3.2.1 Competência Jurisdicional	173
5.3.2.2 Competência Administrativa	174
5.4 Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	176
5.4.1 Composição	176
5.4.2 Competência.....	178
5.4.2.1 Competência Jurisdicional	179
5.4.2.1.1 Competência Administrativa	180
5.4.2.1.2 Competência Normativa.....	181
5.5 Organograma da Justiça Eleitoral brasileira.....	185
5.6 Ministério Público Eleitoral.....	186
5.6.1 Noções introdutórias.....	186
5.6.2 Procurador-Geral Eleitoral.....	191
5.6.3 Procuradores Regionais Eleitorais	192
5.6.4 Promotores Eleitorais	193

CAPÍTULO 6

AÇÕES ELEITORAIS	195
6.1 Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	198
6.1.1 Conceito	198
6.1.2 Fundamentação Legal.....	203
6.1.3 Natureza Jurídica.....	203
6.1.4 Legitimidade	206
6.1.5 Prazo	213
6.1.6 Competência.....	219
6.1.7 Rito Processual	219
6.1.8 Efeitos	221
6.1.9 Recursos	223
6.1.10 Resumindo.....	224
6.2 Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	225
6.2.1 Conceito	225
6.2.2 Fundamentação Legal.....	227
6.2.3 Natureza Jurídica.....	228
6.2.4 Legitimidade	228
6.2.5 Prazo	236
6.2.6 Competência.....	240
6.2.7 Rito Processual	240
6.2.8 Efeitos	245

6.2.9	Recursos	246
6.2.10	Resumindo.....	247
6.3	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	248
6.3.1	Conceito	248
6.3.2	Fundamentação Legal.....	248
6.3.3	Natureza Jurídica.....	253
6.3.4	Legitimidade	253
6.3.5	Prazo	260
6.3.6	Competência.....	263
6.3.7	Rito Processual	263
6.3.8	Efeitos	264
6.3.9	Recursos	264
6.3.10	Peculiaridades da AIRC.....	264
6.3.11	Resumindo.....	278
6.4	Ação de Impugnação da Diplomação (AIDI)	279
6.4.1	Conceito	279
6.4.2	Fundamentação Legal.....	284
6.4.3	Natureza Jurídica.....	284
6.4.4	Legitimidade	284
6.4.5	Prazo	289
6.4.6	Competência.....	290
6.4.7	Rito Processual	292
6.4.8	Efeitos	296
6.4.9	Recursos	296
6.4.10	Resumindo.....	297
6.5	Ação de Representação por Propaganda Irregular (ARPI)	298
6.5.1	Conceito	298
6.5.2	Fundamentação Legal.....	306
6.5.3	Natureza Jurídica.....	307
6.5.4	Legitimidade	307
6.5.5	Prazo	309
6.5.6	Competência.....	311
6.5.7	Rito Processual	311
6.5.8	Efeitos	313
6.5.9	Recursos	315
6.5.10	Resumindo.....	317
6.6	Ação de Representação por Arrecadação e Gastos Ilícitos (ARAGI)	317
6.6.1	Conceito	317
6.6.2	Fundamentação Legal.....	318
6.6.3	Natureza Jurídica.....	318
6.6.4	Legitimidade	319
6.6.5	Prazo	322
6.6.6	Competência.....	324
6.6.7	Rito Processual	324
6.6.8	Efeitos	327
6.6.9	Recursos	331
6.6.10	Resumindo.....	331
6.7	Ação de Representação por Captação Ilícita de Sufrágio (ARCIS)	332
6.7.1	Conceito	332
6.7.2	Fundamentação Legal.....	332
6.7.3	Natureza Jurídica.....	341
6.7.4	Legitimidade	342
6.7.5	Prazo	345
6.7.6	Competência.....	348
6.7.7	Rito Processual	349
6.7.8	Efeitos	351

6.7.9	Recursos	353
6.7.10	Resumindo.....	353
6.8	Ação de Representação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais (ARCV)	354
6.8.1	Conceito	354
6.8.2	Fundamentação Legal.....	356
6.8.3	Natureza Jurídica.....	379
6.8.4	Legitimidade	379
6.8.5	Prazo	382
6.8.6	Competência.....	383
6.8.7	Rito Processual	383
6.8.8	Efeitos	384
6.8.9	Recursos	390
6.8.10	Resumindo.....	390
6.9	Ação Rescisória Eleitoral (ARE)	391
6.9.1	Conceito	391
6.9.2	Fundamentação Legal.....	392
6.9.3	Natureza Jurídica.....	397
6.9.4	Legitimidade	400
6.9.5	Prazo	402
6.9.6	Competência.....	403
6.9.7	Rito Processual	404
6.9.8	Efeitos	406
6.9.9	Recursos	407
6.9.10	Resumindo.....	407
6.10	Ação de Representação por Doação Acima do Limite Legal (ARDALL)	407
6.10.1	Conceito	407
6.10.2	Fundamentação Legal.....	408
6.10.3	Natureza Jurídica.....	409
6.10.4	Legitimidade	409
6.10.5	Prazos	410
6.10.6	Competência.....	414
6.10.7	Rito Processual	416
6.10.8	Efeitos	417
6.10.9	Recursos	425
6.10.10	Resumindo.....	426
6.11	Ação de Representação por Divulgação de Pesquisa Eleitoral Irregular (ARPEI) .	426
6.11.1	Conceito	426
6.11.2	Fundamentação Legal.....	435
6.11.3	Natureza Jurídica.....	436
6.11.4	Legitimidade	436
6.11.5	Prazos	438
6.11.6	Competência.....	439
6.11.7	Rito Processual	439
6.11.8	Efeitos	440
6.11.9	Recursos	440
6.11.10	Resumindo.....	442
6.12	Ação de Reclamação de Direito de Resposta (ARDP).....	442
6.12.1	Conceito	442
6.12.2	Fundamentação Legal.....	445
6.12.3	Natureza Jurídica.....	446
6.12.4	Legitimidade	446
6.12.5	Prazos	450
6.12.6	Competência.....	452
6.12.7	Rito Processual	453
6.12.8	Efeitos	455

6.12.9	Recursos	456
6.12.10	Resumindo.....	457
6.13	Consulta	457
6.13.1	Conceito	457
6.13.2	Fundamentação Legal.....	460
6.13.3	Natureza Jurídica.....	460
6.13.4	Legitimidade	461
6.13.5	Prazo	468
6.13.6	Competência.....	471
6.13.7	Rito Processual	472
6.13.8	Efeitos e Recursos	477
6.13.9	Resumindo.....	477
6.14	Prestação de Contas de Campanha Eleitoral.....	477
6.14.1	Conceito	477
6.14.2	Fundamentação Legal.....	483
6.14.3	Natureza Jurídica.....	484
6.14.4	Legitimidade	486
6.14.5	Prazo	491
6.14.6	Competência.....	497
6.14.7	Rito Processual	498
6.14.8	Efeitos	517
6.14.9	Recursos	519
6.14.10	Resumindo.....	521

CAPÍTULO 7

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	523
7.1 <i>Habeas Data</i>	523
7.1.1 Conceito	523
7.1.2 Fundamentação Legal.....	524
7.1.3 Natureza Jurídica.....	525
7.1.4 Legitimidade	525
7.1.5 Prazo	525
7.1.6 Competência.....	526
7.1.7 Rito Processual	526
7.1.8 Efeitos	528
7.1.9 Recursos	528
7.1.10 Resumindo.....	529
7.2 Mandado de Injunção	530
7.2.1 Conceito	530
7.2.2 Fundamentação Legal.....	530
7.2.3 Natureza Jurídica.....	531
7.2.4 Prazo	531
7.2.5 Competência.....	531
7.2.6 Legitimidade	532
7.2.7 Rito Processual	532
7.2.8 Efeitos	533
7.2.9 Recursos	534
7.2.10 Resumindo.....	535
7.3 Mandado de Segurança no Direito Eleitoral	535
7.3.1 Conceito	535
7.3.2 Fundamentação Legal.....	538
7.3.3 Natureza Jurídica.....	541
7.3.4 Legitimidade	543
7.3.5 Prazo	549
7.3.6 Competência.....	549

7.3.7	Rito Processual	551
7.3.8	Efeitos	552
7.3.9	Recursos	552
7.3.10	Resumindo.....	553

CAPÍTULO 8

RECURSOS ELEITORAIS.....		555
8.1	Considerações Iniciais.....	555
8.2	Embargos de Declaração	556
8.2.1	Conceito	556
8.2.2	Fundamentação Legal.....	557
8.2.3	Natureza Jurídica.....	567
8.2.4	Legitimidade	568
8.2.5	Prazo	569
8.2.6	Competência.....	570
8.2.7	Rito Processual	570
8.2.8	Efeitos	574
8.2.9	Recursos	578
8.2.10	Resumindo.....	578
8.3	Agravo Interno.....	579
8.3.1	Conceito	579
8.3.2	Fundamentação Legal.....	579
8.3.3	Natureza Jurídica.....	581
8.3.4	Legitimidade	581
8.3.5	Prazo	581
8.3.6	Competência.....	583
8.3.7	Rito Processual	583
8.3.8	Efeitos	585
8.3.9	Recursos	585
8.3.10	Resumindo.....	586
8.4	Agravo de Instrumento.....	586
8.4.1	Conceito	586
8.4.2	Fundamentação Legal.....	587
8.4.3	Natureza Jurídica.....	591
8.4.4	Legitimidade	591
8.4.5	Prazo	592
8.4.6	Competência.....	593
8.4.7	Rito Processual	593
8.4.8	Efeitos	594
8.4.9	Recursos	594
8.4.10	Resumindo.....	594
8.5	Recurso Ordinário	595
8.5.1	Recurso Ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	595
8.5.1.1	Conceito	595
8.5.1.2	Fundamentação Legal.....	596
8.5.1.3	Natureza Jurídica.....	597
8.5.1.4	Legitimidade	597
8.5.1.5	Prazo	598
8.5.1.6	Competência.....	599
8.5.1.7	Rito Processual	599
8.5.1.8	Efeitos	599
8.5.1.9	Resumindo.....	603
8.5.2	Recurso Ordinário Constitucional Eleitoral.....	603
8.5.2.1	Conceito	603
8.5.2.2	Fundamentação Legal.....	604

8.5.2.3	Natureza Jurídica.....	609
8.5.2.4	Legitimidade	609
8.5.2.5	Prazo	609
8.5.2.6	Competência.....	609
8.5.2.7	Rito Processual	609
8.5.2.8	Efeitos	610
8.5.2.9	Recursos	610
8.5.2.10	Resumindo.....	611
8.6	Recurso Especial	612
8.6.1	Conceito	612
8.6.2	Fundamentação Legal.....	612
8.6.3	Natureza Jurídica.....	615
8.6.4	Legitimidade	615
8.6.5	Prazo	617
8.6.6	Competência.....	621
8.6.7	Rito Processual	621
8.6.8	Efeitos	627
8.6.9	Recursos	629
8.6.10	Resumindo.....	629
8.7	Recurso Extraordinário.....	630
8.7.1	Conceito	630
8.7.2	Fundamentação legal	630
8.7.3	Natureza Jurídica.....	634
8.7.4	Legitimidade	635
8.7.5	Prazo	635
8.7.6	Competência.....	636
8.7.7	Rito Processual	636
8.7.8	Efeitos	643
8.7.9	Recursos	644
8.7.10	Resumindo.....	644
8.8	Reclamação	645
8.8.1	Conceito	645
8.8.2	Fundamentação Legal.....	646
8.8.3	Natureza Jurídica.....	647
8.8.4	Legitimidade	647
8.8.5	Prazo	647
8.8.6	Competência.....	648
8.8.7	Rito Processual e Peculiaridades	650
8.8.8	Resumindo.....	650
8.9	Recursos Inominados Eleitorais	650
8.9.1	Conceito	650
8.9.2	Fundamentação Legal.....	651
8.9.3	Natureza Jurídica.....	652
8.9.4	Legitimidade	652
8.9.5	Prazo	654
8.9.6	Competência.....	655
8.9.7	Rito Processual	656
8.9.8	Efeitos	658
8.9.9	Recursos	658
8.9.10	Resumindo.....	658

CAPÍTULO 9

RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS	659
9.1 Considerações Iniciais.....	659
9.2 Recurso em Sentido Estrito	670

9.2.1	Conceito	670
9.2.2	Fundamentação Legal.....	670
9.2.3	Natureza Jurídica.....	672
9.2.4	Legitimidade	672
9.2.5	Prazo	673
9.2.6	Competência.....	673
9.2.7	Rito Processual	673
9.2.8	Efeitos	673
9.2.9	Recursos	674
9.2.10	Resumindo.....	674
9.3	<i>Habeas Corpus</i>	674
9.3.1	Conceito	674
9.3.2	Fundamentação Legal.....	674
9.3.3	Natureza Jurídica.....	680
9.3.4	Legitimidade	680
9.3.5	Prazo	680
9.3.6	Competência.....	680
9.3.7	Rito Processual	684
9.3.8	Efeitos	686
9.3.9	Recursos	686
9.3.10	Resumindo.....	688
9.4	Revisão Criminal Eleitoral.....	688
9.4.1	Conceito	688
9.4.2	Fundamentação Legal.....	688
9.4.3	Natureza Jurídica.....	691
9.4.4	Legitimidade	691
9.4.5	Prazo	691
9.4.6	Competência.....	691
9.4.7	Rito Processual	691
9.4.8	Efeitos	692
9.4.9	Resumindo.....	692
REFERÊNCIAS.....		693

ANEXOS

ANEXO A – Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral		701
ANEXO B – Súmulas do Supremo Tribunal Federal em Matéria Eleitoral		705
ANEXO C – Súmulas do Superior Tribunal de Justiça em Matéria Eleitoral.....		707
ANEXO D – Regimento Interno do Tribunal Superior Eleitoral		709
ANEXO E – Emendas Constitucionais		725
1.	Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017.....	725
2.	Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020	727
ANEXO F – Resolução nº 23.478, de 10 de maio de 2016 - Código de Processo Civil no âmbito da Justiça Eleitoral.....		729
ANEXO G – Resoluções TSE		733
1.	Resolução nº 23.605, de 17 de dezembro de 2019.....	733
2.	Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019.....	736
3.	Resolução nº 23.608, de 18 de dezembro de 2019.....	771
4.	Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019.....	785
5.	Resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019.....	803
6.	Resolução nº 23.621, de 25 de junho de 2020	837
7.	Resolução nº 23.622, de 1º de julho de 2020	838
8.	Resolução nº 23.623, de 30 de junho 2020.....	839
9.	Resolução nº 23.624, de 13 de agosto de 2020.....	841
10.	Resolução nº 23.625, de 13 de agosto de 2020.....	849
11.	Resolução nº 23.627, de 13 de agosto de 2020.....	853